

Reforma agrária e alternativas à fome: o Plantio Solidário na Zona da Mata Mineira

Agrarian reform and alternatives to hunger: Plantio Solidário in Zona da Mata of Minas Gerais

Mônica Aparecida Grossi^{*}
Michelle Neves Capuchinho^{**}
Paula Rocha de Souza^{***}
Vitória Nacarate Machado^{****}
Maria Eduarda Dias^{*****}

Resumo: O artigo objetiva discutir a reforma agrária popular do MST e a construção de alternativas à fome no Brasil, destacando a análise da experiência realizada pelo MST na zona da mata mineira, intitulada “Plantio Solidário”. Os resultados indicam o fortalecimento da solidariedade de classe, da agroecologia, da organização popular e política, causando um impacto social significativo.

Abstract: The article aims to discuss the popular agrarian reform of the MST and the construction of alternatives to hunger in Brazil, highlighting the analysis of the experience carried out by the MST in the forest zone of Minas Gerais, entitled "Plantio Solidário". The results indicate the strengthening of class solidarity, agroecology practices, popular and political organization, causing a significant social impact.

Palavras-chaves: Reforma agrária popular; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Alternativas à fome; Projeto Plantio Solidário; Região da Zona da Mata de Minas Gerais.

Keywords: Popular Agrarian Reform; Landless Workers' Movement (MST); Alternatives to Hunger; Plantio Solidário Project; Zona da Mata Region of Minas Gerais.

* Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Doutora pela ESS/UFRJ. Pós doutora pela Universidade de Córdoba, Espanha. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2150-0173>

** Professora substituta da Faculdade de Serviço Social da UFJF, doutoranda em Serviço Social pela UFJF e dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7819-7524>

*** Mestranda em Serviço Social pela UFJF e militante do Coletivo Pretxs em Movimento.

**** Assistente Social pela Faculdade de Serviço Social da UFJF.

***** Graduanda e bolsista de extensão da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

Introdução

Este artigo é resultado de reflexões realizadas em processos de ensino, pesquisa e extensão relacionados à luta do MST, envolvendo professores, estudantes de graduação (bolsista de extensão e orientanda de TCC) e de pós graduação (mestranda e bolsista voluntária de extensão, e doutoranda), que situam seus estudos e atividades de extensão, no âmbito e na interseção, entre as questões agrária, urbana e ambiental. É a temática principal deste artigo, a reforma agrária popular, como apresentaremos, traz nesta interseção, elementos para as lutas sociais, como a agroecologia e a soberania alimentar, e desafios, aos sujeitos coletivos da classe trabalhadora, que estão no campo e na cidade.

Neste momento de crise estrutural do capital e de seu atual processo de acumulação, os bens da natureza, com destaque para as terras, águas e sementes, e também os camponeses, vêm sofrendo grandes ofensivas, demonstrando que estamos vivendo um processo mais amplo de crise civilizatória, que se expressa na negação/retirada dos direitos à alimentação, ao trabalho, à terra e à vida.

Na atual fase do capitalismo financeiro internacional, sob a hegemonia do agronegócio, vêm sendo desenvolvidos mecanismos de controle da agricultura e do comércio de alimentos, agravando a concentração da propriedade das terras, dos meios de produção e de toda cadeia agroalimentar, trazendo como consequências o aumento da fome e da insegurança alimentar, e de ameaças à existência dos camponeses e povos das terras, das águas e das florestas.

A atual crise alimentar, a fome e a insegurança alimentar se relacionam com questões estruturais, que se expressam, dentre outras coisas, nas condições ambientais cada vez mais adversas, em que se desenvolve o atual regime alimentar, hegemonizado pelas corporações transnacionais do agronegócio. Neste sentido, a construção de alternativas à fome torna-se uma necessidade urgente para a classe trabalhadora, e os movimentos sociais, como o MST, vêm trazendo contribuições no desenvolvimento de ações concretas para o enfrentamento à fome.

O objetivo deste artigo é discutir a reforma agrária popular do MST e a construção de alternativas à fome no Brasil, destacando especificamente, a análise de uma experiência realizada pelo MST na zona da mata mineira, em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e outras organizações da sociedade civil, intitulada “Plantio Solidário”. A partir da crítica ao agronegócio, buscamos discutir a luta do MST, as potencialidades em torno da sua proposta de Reforma Agrária Popular, baseada na agroecologia e na soberania alimentar, para analisarmos a experiência do Plantio solidário, como parte deste processo de luta.

A hegemonia do agronegócio: destruição ambiental, desigualdade e fome.

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, suas tendências e contradições, que se apresentam na atualidade são resultado histórico das transformações da nossa agricultura. No Brasil, com o golpe militar de 1964, a proposta de desenvolvimento capitalista assumida para o país em relação à agricultura foi a modernização conservadora em contraposição à reforma agrária, que reúne elementos modernos e arcaicos. O elemento modernizante diz respeito a adoção do pacote tecnológico da revolução verde e o elemento arcaico que permanece é a nossa histórica concentração fundiária, aliada a produção monocultora para exportação.

Sob o comando do mercado mundial, a produção da agricultura capitalista brasileira vem se concentrando na produção de commodities, como soja, milho e cana, além da pecuária extensiva voltados aos interesses do mercado externo. A monocultura de eucalipto para exportação voltado a produção de celulose, altamente degradadora do solo e, principalmente das águas, vem configurando um cenário de devastação, cuja expressão eloquente cunhada pelos movimentos sociais é de “deserto verde”. A concentração da produção agrícola pode ser materializada no seguinte dado: “No Brasil, cerca de 10% de todos os estabelecimentos agrícolas controlam 80% do valor da produção (Stédile, 2013, p. 25)”. Isto vem gerando a imposição de uma padronização dos alimentos e a perda da soberania dos povos e dos países sobre os alimentos, de modo que muitos países hoje não conseguem produzir seus próprios alimentos.

Este tipo de produção vem ampliando o processo de degradação, desmatamento, perda de fertilidade da terra e contaminação do solo e das águas, a partir da tecnologia de produção da revolução verde baseada no uso intensivo de mecanização e agrotóxicos. Os efeitos perversos deste modelo do agronegócio, também deixam suas marcas no campo e na cidade, através da crescente desigualdade social, que se expressa na pobreza extrema; no analfabetismo, na falta de acesso à educação por parte da juventude rural; no trabalho precário e em condições análogas à escravidão; na violência e expulsão de famílias do campo; associando à monocultura, o aumento do uso de agrotóxicos e a introdução de cultivos transgênicos.

O modelo de agricultura capitalista do agronegócio afirma-se, então, como o principal responsável pela crise alimentar mundial pois, ao tratar a terra, as sementes e os alimentos produzidos como mercadorias vem comprometendo a segurança alimentar, que, além de não ter sido alcançada com a revolução verde, tem sido ameaçada. Podemos dizer que uma das maiores contradições da revolução verde foi a criação de uma anticomida, produzida pelo agronegócio,

que operou a transformação da agricultura num ramo de negócios, no qual a produção de alimentos se torna uma mera mercadoria a ser negociada para obtenção de lucros.

A mercadorização dos alimentos é analisada pelo sociólogo Jean Ziegler (2013), em entrevista ao jornalista Márcio Zonta para a *Revista Brasil de Fato*, como um negócio altamente lucrativo. Para ele, o problema da fome está relacionado à questão da especulação financeira, ao *dumping* (concorrência desleal de mercado) agrícola e à destinação das terras à produção de bicomcombustíveis. Afirma que é a primeira vez na história da humanidade que o problema da fome está relacionado não à escassez de alimentos, mas ao excesso. Nesse sentido, é fundamental destacarmos as contribuições de Josué de Castro, pioneiro no debate da fome, já que “[...] os interesses e preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado” (Castro, 1992, p. 29). Em sua mais reconhecida obra “Geografia da Fome”, ele desmente a falsa ideia, amplamente aceita em seu tempo, de que fome era resultante do aumento do contingente populacional ou da escassez. Josué caracteriza o problema da fome como expressão das relações sociais e econômicas historicamente impostas e reproduzidas, além da incapacidade (ou desinteresse) do Estado burguês de buscar alternativas para enfrentar a questão, já que não vai de encontro aos interesses da classe dominante.

A fome no Brasil (...) é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada, em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade”, o do café, o da extração da borracha e, finalmente o de certo tipo de industrialização artificial, baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação. É sempre o mesmo espírito aventureiro se insinuando, impulsionando, mas logo a seguir corrompendo os processos de criação de riqueza no país (...). É a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e elevando-os a matar sempre todas as suas “galinhas de ovos de ouro”. Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo. Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo (Castro, 1992, p. 280-281).

Dessa forma, o autor caracteriza o subdesenvolvimento e a insegurança alimentar como um produto inevitável do próprio desenvolvimento (nos moldes capitalistas), pautado na exploração colonial e neocolonial está colocada em diferentes regiões do globo. A fome dá-se

como expressão dessa. Portanto, o aumentada fome não se relaciona a problemas de ordem natural, de baixa produtividade e nem mesmo em razão de guerras, pois está diretamente vinculado à forma de sociedade erguida sob o imperativo do capital, que nega a alimentação a um imenso número de pessoas. Esse quadro de dominação mundial exercido por grandes grupos econômicos é apresentado por Ziegler:

Hoje temos dez transnacionais que potencializam a fome no mundo. Esse grupo econômico controla 85% de todos os alimentos negociados no planeta. Fixam preços, controlam a distribuição e assim decidem todos os dias quem poderá comer, quem vai passar fome e quem vai morrer sem alimentação (Ziegler, 2013, p. 13).

Ademais, Stédile e Carvalho (2010) reiteram essas contradições presentes, uma vez que poucas empresas e grandes complexos agroindustriais controlam vastas áreas de terra, mas sua produção não satisfaz as necessidades do país. Enquanto isso, a maior parte da população em situação de insegurança alimentar reside em áreas rurais e poderia cultivar seus próprios alimentos para sua reprodução social. Os autores enfatizam que essa lógica de acumulação privada é prejudicial, pois ameaça a soberania dos Estados, a garantia de uma alimentação saudável, variada e livre de produtos químicos, além de causar a degradação ambiental, frequentemente de maneira irreversível, colocando em risco a sobrevivência humana, controlando e padronizando efetivamente os alimentos que são produzidos e comercializados.

Tudo leva a crer que em nome da competitividade na produção agropecuária e florestal nos mercados mundiais, as grandes empresas transnacionais e não os governos nacionais é que deverão definir e implementar as macropolíticas estratégicas de abastecimento alimentar em todo o mundo. Não apenas controlando as cadeias alimentares mais importantes, seja do ponto de vista dos volumes negociados, como também dos produtos de interesse da agroindustrialização e da padronização dos alimentos em todo mundo, como controlando internamente em dezenas de países os principais produtos tanto no comércio por atacado como no varejo, através das cadeias multinacionais de supermercados (Stédile; Carvalho, 2010, p. 4).

Assim, fica evidente como o atual modelo hegemônico de agricultura torna-se a expressão máxima da destrutividade do capital em relação aos seres humanos e à natureza. Esta é a chamada fase da agricultura científica, de precisão ou biotecnológica, que amplia o domínio das indústrias multinacionais, em que os agricultores são excluídos, conformando-se uma agricultura sem agricultores.

Segundo Helen Borborema, em reportagem publicada no espaço Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), intitulado “Agronegócio comemora enquanto fome se agrava”, destaca que o agronegócio brasileiro comemora a produção histórica de grãos e crescimento de 5,7% do volume produzido nesta safra (2020/21), se comparado à anterior (Borborema, 2021), de acordo com os dados da expansão do agronegócio, divulgados pela Companhia

Nacional de Abastecimento (Conab). A autora traz ainda, o relato de Sílvio Porto, professor da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e ex-diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), onde o pesquisador aponta que o aumento da fome e da miséria no Brasil, ao mesmo tempo em que o país bate recorde na produção agrícola, é um contrassenso e uma aberração (Borborema, 2021).

O Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial (SOFI, 2024) apresentou uma redução significativa na insegurança alimentar severa de 85% no Brasil. Em números absolutos 14,7 milhões de pessoas deixam de passar fome no país, que atingia 8% da população, e agora caiu para 1,2%, conforme divulgado pela Secretaria de Comunicação Social (Brasil, 2024). No primeiro momento, ao nos depararmos com essa notícia, pensamos que ela aparenta apontar um otimista cenário ao enfrentamento da fome. Contudo, esse cenário não se expressa plenamente ao analisarmos a totalidade, já que o Brasil ainda permanece no Mapa da Fome.

Adensando a discussão, no que tange à realidade brasileira, é necessário pensar que apesar da melhoria em relação aos anos anteriores não é garantida sua estabilidade. Já que a fome já aparentava ter sido superada em 2014, quando o Brasil saiu do Mapa da Fome, porém, frente a situação de extrema vulnerabilidade agravada na pandemia de COVID-19, o país retorna ao indicativo. Esse cenário é um reflexo do sucateamento das políticas sociais públicas de combate à miséria e o desmonte geral das políticas de seguridade, adensada pelos governos ultraneoliberais.

O cenário mundial também não é favorável, o relatório aponta um retrocesso de 15 anos, com aumento geral da desnutrição, insegurança alimentar, atraso no crescimento infantil, dentre outros. Essa estagnação é extremamente preocupante e escancara a desigualdade, já que os países de baixa renda, principalmente na África, são os mais atingidos, em que maior parte da população não consegue pagar por uma dieta saudável e garantir sua nutrição. Esses dados coexistem e contrastam com o aumento acentuado dos níveis de obesidade, desse modo, apontando que o debate sobre alimentação é muito mais denso e complexo, exigindo intervenções que compreendam a realidade social da população e do território.

Assim, é essencial destacar que o déficit alimentar apresentado é resultante do modelo de produção capitalista, que visa a obtenção de valor, sem considerar uma produção que contemple uma nutrição adequada aos indivíduos. A inflação dos preços, mudanças climáticas, desigualdades sócio-territoriais são intrínsecas e naturalizadas nessa sociabilidade, e só podem ser superadas junto dessa. Portanto, apesar das conferências, relatórios e esforços

da comunidade e órgãos internacionais, a questão da fome e das mudanças climáticas permanecem sem um resultado claro e efetivo.

A fome, assim como o desemprego, são expressões da Questão Social mantidas pelas relações de desigualdade por intermédio da exploração que o modo de produção capitalista reproduz na sociedade. É nessa concepção, permeada por contradições, que se organiza a política agrícola que produz, tanto para o mercado interno, quanto para exportação. No entanto, há um paradoxo na relação do Brasil com a agroexportação. O “agro”, que aponta recorde de produção de alimentos, contrasta com o gigantesco crescimento da população que passa fome, em consequência da falta de terra e emprego que garanta sua subsistência. Essa grande massa de famintos e desempregados é marcada pela cor, gênero e, seu endereço está localizado nas periferias das cidades Brasil afora.

Dessa forma, a classe dominante busca distorcer a importância política dos movimentos sociais e da luta pela terra, além de criminalizar, reprimir e matar as lideranças dos movimentos, as ocupações e manifestações. Nesse contexto de grande desigualdade social sendo o Brasil, um dos países que mais concentra terra no mundo, esta concentração é um reflexo do desenvolvimento capitalista, que gera muitas contradições e diversas organizações, que lutaram e lutam por terra. Como expressão desse processo temos no Brasil, o movimento dos trabalhadores Sem-terra, um dos maiores movimentos sociais do mundo, sendo o maior da América Latina. Destacamos a luta do MST pela Reforma Agrária Popular, onde a agroecologia e a soberania alimentar têm centralidade.

A reforma agrária popular do MST: afirmação da agroecologia, da soberania alimentar e da solidariedade de classe.

O MST, criado a 40 anos, está presente em 23 estados brasileiros, com assentamentos e acampamentos em mais de 500 cidades, tem como projeto para o Brasil a reforma agrária popular. Busca o desenvolvimento para o campo brasileiro, com bases na agroecologia, para a produção de alimentos saudáveis, que atenda às necessidades da população brasileira, garantindo a preservação dos bens naturais, assim como o cultivo de relações sociais antirracistas, antimachistas, enfrentando os valores colocados pela sociedade capitalista.

Os assentamentos se organizam de várias formas, através de cooperativas, associações, grupos e comunidades camponesas. Além da organização, o MST se destaca pelo desenvolvimento da formação política, em conformidade com a pedagogia Freiriana, com enfoque na educação popular. Freire salienta que a comunhão com o povo é o momento

decisivo para a transformação. “A consciência é histórica, pois implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (Freire, 1981, p. 26).

A crítica do MST e de outros sujeitos coletivos do campo ao capitalismo, expresso pelo modelo produtivo do agronegócio, visceralmente dependente do petróleo, se soma a sua proposição em torno da agroecologia.

Vivemos um momento sem precedentes na história da humanidade, com a emergência conjugada de três crises: a crise energética, a crise alimentar e a crise climática. Estamos no limiar de esgotar a era dos combustíveis fósseis (baseados no carvão mineral e no petróleo) que representou o sustentáculo energético do modelo de sociedade capitalista-consumista existente nos últimos 200 anos. [...] O modelo produtivo agroecológico, diversificado e poupador de insumos, se coloca claramente em oposição a esse modelo dominante, controlado pelo agronegócio e que se utiliza fortemente de energias fósseis. A agroecologia se baseia no aprendizado com a natureza, de forma a debater as relações presentes na tecnologia utilizada, a fim de potencializar os efeitos naturais de fertilidade, complexidade e produtividade ecossistêmica (MST 2010, p. 12-13).

A Reforma Agrária Popular (MST, 2013) é uma proposta em construção apresentada à sociedade brasileira e ao conjunto das organizações populares. É antagônico ao sistema de exploração e opressão históricas, e visa superar o atual modelo de produção presente na agricultura brasileira, contribuir ativamente com as mudanças estruturais necessárias, na superação das relações de exploração e opressão do trabalho, da compreensão do alimento como mercadoria e não um bem humano. As mudanças estruturais na forma de uso dos bens da natureza, que pertencem a toda sociedade, direciona-se para a organização das relações de produção e das relações sociais, em que busca contribuir de forma permanente na construção de uma sociedade justa, igualitária e solidária.

Esta proposta defende a vida e a construção de relações verdadeiramente humanas. Busca dialogar com as necessidades, sobretudo, de quem vive nos grandes centros, para construir ações que influenciem e atuem nos centros urbanos, locais onde a grande maioria da classe trabalhadora reside, alimenta-se e trabalha. Logo, para ser cada vez mais popular é preciso ter muita gente convencida e defendendo seu papel e a efetiva participação popular do conjunto da sociedade. Também se insere na luta da classe trabalhadora pela construção de relações sociais de produção que eliminem a exploração, a concentração da propriedade privada, a injustiça e as desigualdades, fundamentando valores de uma nova sociedade.

Stédile (2014) esclarece que a nova concepção de reforma agrária defendida pelo MST ultrapassa a perspectiva de distribuição de terras, definindo os novos rumos do movimento e da luta pela terra, na qual a questão ambiental, alicerçada na adoção de outro modelo produtivo baseado na agroecologia, passa a ser uma bandeira fundamental do movimento.

Os elementos fortalecedores do caráter popular da reforma agrária de novo tipo do MST, para serem concretizados, demandam a construção coletiva do conjunto da classe trabalhadora do campo e da cidade, iniciando-se com o fortalecimento e ampliação de um arco de alianças, indispensável para a luta anticapitalista, nesse momento histórico de crise civilizatória em que, sob domínio do capital, todos os bens da natureza e da cultura popular são transformados em mercadoria.

Os parâmetros das mudanças propostas pela reforma agrária popular significam reorganizar os bens da natureza e a produção agrícola para, em primeiro lugar, produzir alimentos saudáveis para todo o povo. Produzir com base na matriz da agroecologia, em equilíbrio com a natureza e sem o uso de venenos agrícolas. Implementar agroindústrias na forma de cooperativas, para beneficiar os alimentos e aumentar a renda dos trabalhadores do campo (MST, 2013, p. 2).

Na visão do Movimento, a reforma agrária ganha uma perspectiva mais ampla ao contemplar as relações entre o ser humano e a natureza, envolvendo diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, em contraposição à apropriação privada da natureza realizada pelo capitalismo.

Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza. Os camponeses, trabalhadores/as do campo e povos tradicionais (indígenas, extrativistas, quilombolas) têm sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital (MST, 2013, p. 46-47).

A preocupação do MST com a efetivação da luta pela reforma agrária popular com base na agroecológica, direciona-se ao necessário preparo técnico, para as experiências produtivas, e também ao preparo político para enfrentamentos ao agronegócio, que se inscrevem na direção da construção da soberania alimentar e de novas relações sociedade/natureza (MST, 2013). Os camponeses, trabalhadores/as do campo e povos tradicionais (indígenas, extrativistas, quilombolas) têm sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital (MST, 2013, p. 46-47).

A solidariedade para o MST é um princípio que norteia a ação junto à organização da classe trabalhadora, sendo uma questão central para a construção de uma nova sociedade que supere o capitalismo. Desde a pandemia, esse valor vem se tornando cada vez mais central, assim como o debate a respeito da produção de alimentos e o combate à fome, que alicerçam

o projeto de sociedade que perpassa a Reforma Agrária Popular, assim como a questão da disputa pela terra e o modelo de produção desenvolvido. São vários os temas como os bens da natureza, meio ambiente, as relações humanas, que são frentes de debate que a questão dos alimentos nos traz.

Diante desses elementos, ainda na pandemia, o Brasil sentiu de forma mais profunda a volta da fome, e as organizações populares como sindicatos, movimentos sociais iniciaram várias experiências de trabalho nos espaços urbanos. Primeiro o MST colocou sua base em movimento através da organização de processos de produção e distribuição de alimentos, a partir da doação de comida, com o projeto Periferia Viva. Além da organização de várias outras ações como as cozinhas solidárias, as hortas urbanas, agentes populares de saúde, que também foram desenvolvidas pelo MST e por diversos movimentos sociais.

Desde o início da pandemia do coronavírus até 2023, o MST doou mais de 8 mil toneladas de alimentos e mais de 2 milhões e meio de marmitas para as famílias através de várias ações de solidariedade (Brasil de fato, 2023). Apesar de saber, que a doação de estas básicas não irá resolver os grandes problemas estruturais da sociedade capitalista, tem a clareza que, quem tem fome tem pressa.

Outro elemento a ser destacado como fruto do amadurecimento da reforma agrária popular foi a criação, em 2000, do plano nacional do MST, “Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis”, que tem como objetivo plantar 100 milhões de árvores em 10 anos nas escolas do campo, cooperativas, centro de formação e nas cidades, fortalecendo a produção de alimentos saudáveis em áreas do MST, e denunciando o modelo destrutivo do agronegócio. Os números atuais, disponíveis no site do MST, mostram que já foram plantadas 25 milhões de árvores, construídos 300 viveiros de mudas e 15 mil hectares já foram recuperados. Comoparte deste plano nacional é que situamos a experiência construída pelo MST, na zona da mata de Minas Gerais, que analisamos a seguir.

A experiência do Plantio Solidário na Zona da Mata de Minas Gerais: força popular na construção da solidariedade de classe, da agroecologia e da soberania alimentar

Desenvolvido durante a pandemia do COVID-19, a experiência do “Plantio Solidário” realizado através de ação coletiva e voluntária no Assentamento Denis Gonçalves, no município de Goianá - Zona da Mata Mineira, produziu sobre bases agroecológicas, mais de meia tonelada de alimentos para doação às famílias em situação de Insegurança Alimentar.

Mesmo sendo uma experiência recente, o Plantio Solidário reforça a potência das atividades coletivas, ainda que estas tenham sido desenvolvidas em um momento extremo de

crise sanitária global. Inserido no programa “Plantar árvores e produzir alimentos saudáveis”, o projeto surge na contramão da lógica preponderada pelos interesses empresariais do capital. Retomando o contexto de seu surgimento, à medida em que o governo Bolsonaro avançava pelo desprezo sobre as camadas populares e suas condições de sobrevivência durante a pandemia, o Plantio Solidário se mobilizava para compreender, organizar e receber parte das necessidades manifestadas por estas; promovendo estratégias de ação para atender famílias atingidas pela insegurança alimentar.

O assentamento Denis Gonçalves é um dos maiores de Minas Gerais e possui uma área de quase 4,6 mil hectares, com 155 famílias assentadas, estando localizada próxima a um dos maiores centros urbanos de Minas Gerais, a 40 km de Juiz de Fora. O Plantio Solidário vem funcionando desde abril/2022 tendo como objetivo geral organizar uma rede de voluntários, que possam nas áreas do assentamento Dênis Gonçalves, desenvolver o plantio de alimentos para doação às famílias em situação de insegurança alimentar do meio urbano. A proposta do Plantio Solidário é plantar e colher coletivamente, através de mutirões voluntários, buscando superar o viés caritativo e imediatista das ações assistencialistas, através de um projeto, a longo prazo, de soberania alimentar, formação política e agroecológica. Os mutirões são realizados com as famílias em situação de insegurança alimentar das periferias da cidade, através da mediação dos Projetos, Coletivos, Associações presentes nos territórios, assim como pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Este projeto se inicia em meio à flexibilização dos protocolos de segurança próprios da pandemia do COVID 19, aos avanços dos retrocessos do governo Bolsonaro e à acentuação das contradições e opressões próprias do Capital. Desenvolve-se na região em um momento muito propício para fomentar o reencontro presencial e a organização de uma ampla militância, ativistas, ambientalistas, estudantes, professores e indivíduos, que têm vontade de contribuir com o MST e com as famílias da periferia urbana, em situação de vulnerabilidade social e alimentar.

O projeto vem unindo coletivos e movimentos urbanos em diálogo e junto ao MST, para construir uma proposta de trabalho de base e de solidariedade muito potente, unindo campo e cidade, para acumular forças e solidificar a luta tão urgente desses tempos. Podemos afirmar que o Plantio Solidário é uma ferramenta de articulação da classe trabalhadora, que para além de enfrentar a questão da fome tem o objetivo comum que é a construção de forças sociais organizadas.

O primeiro passo proposto, e que talvez seja o grande diferencial na construção do presente projeto, é justamente convidar outros coletivos militantes urbanos, para somarem-se à

ideia e de forma coletiva desenvolvê-la, cujo propósito principal está assentado na solidariedade de classe. Foram organizadas reuniões semanais online em um primeiro momento, para pensar os desdobramentos do projeto e mobilizar a militância para tal. As reuniões foram fundamentais como método organizativo, e ao longo de quase 2 meses elas ocorreram de forma regular, sempre na busca de ampliar o coletivo construtor. As reuniões foram tomando seu próprio formato e forjando um coletivo permanente, e só posteriormente, iniciou-se uma discussão com a coordenação do assentamento, assim como com a escola, que apontou que o projeto deveria ser desenvolvido nas áreas coletivas do assentamento.

As áreas indicadas para o Plantio Solidário são espaços de forças vivas do assentamento, por onde circulam muitas pessoas, são próximas da escola, tendo o papel de ser também uma inspiração e referência para os assentados e assentadas. O fato destas áreas comuns serem ao lado das escolas do assentamento é estratégico, pois é proposto que a equipe que trabalha nas escolas, juntamente com os educandos, faça os cuidados diários com irrigação dos cultivos, e outros tratamentos culturais, sendo um espaço pedagógico. Podemos observar uma potencialidade nessa relação entre escola do campo do MST e o projeto Plantio Solidário.

O projeto se propôs a ter como meta envolver 100 famílias da região, que vivem em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, no processo de produzir 5,5 toneladas de alimentos. Uma das metas, e talvez a principal delas, é fortalecer a organização popular através do trabalho de base. Para isso, se torna central a elevação da consciência com processos de formação política. O potencial de fomento à formação da consciência de classe é percebido desde a organização horizontal e colaborativa, perpassando toda vivência nos mutirões, que despertam um olhar crítico sobre a realidade social.

Cabe destacar também a questão de gênero presente no projeto, pois as mulheres são a grande maioria, participando e assumindo tarefas de coordenação dos processos. Pensando no campo organizativo do projeto, e quando olhamos para as famílias que vem dos territórios, também temos uma grande maioria de mulheres negras se somando às atividades realizadas.

Ao longo do desenvolvimento do projeto as organizações construtoras apontam o papel formativo que o Plantio Solidário vem tendo junto aos voluntários e às famílias dos bairros mobilizados. Orientados pela educação Ambiental crítica o Plantio promove entre os sujeitos ações que permeiam o campo, atividades permitem que sejam expostas e dialogadas visões de mundo, perspectivas e aprendizados mútuos. Alicerçados sobre os princípios anticapitalistas e da Agroecologia, a formação política não ocorre apenas nos momentos direcionados para tal, mas também nas experiências correntes, como nos próprios momentos

com a terra e nas místicas, onde os valores, a luta e a resistência dos trabalhadores são expressas através de variadas expressões artísticas, musicais e culturais.

Dentro do projeto Plantio Solidário, as místicas são pensadas por um grupo que se alterna a cada semana, e permeadas pela discussão acerca da fome, da agroecologia, da luta por justiça social e pela reforma agrária popular. Este é um momento formativo bastante importante, e também ao final dos mutirões, após o trabalho coletivo, também fazemos uma reflexão e avaliação entre o grupo, bem como trazemos alguma atividade ou dinâmica intencionalizada que aprofunda as questões na mística inicialmente trazidas (Gomes, 2023, p. 51).

Por meio de ações direcionadas (como em conteúdos previamente preparados para exposição), ou por dinâmicas espontâneas, a formação e construção de base, assim como os alimentos, são semeados e contam com a participação dos indivíduos que dele participam. Aqueles que tiveram a oportunidade de estar presentes em uma das atividades, levará consigo e para sociedade os frutos semeados ali; sejam eles frutos da materialização da natureza física, ou não.

O Plantio alcança lugares que extrapolam os limites do assentamento. Há movimentos de exterioridade de suas atividades, que mobilizada a outras organizações/movimentos sociais desenvolvendo trabalhos em importantes espaços da sociedade civil. Seja em escolas, palestras e organizações, o Plantio se faz presente em debates, rodas de conversa, festividades e atividades em que a luta coletiva é protagonista.

O caráter de formação expressa uma de suas faces políticas, tendo em seu cerne a organicidade da construção coletiva popular. Em cada ação semeada, os valores de uma sociedade mais justa, livre de opressões, exploração da fome são cultivados. Nota-se que a expressão política da agroecologia no Plantio Solidário - MST não se manifesta em ações setorializadas ou em apenas determinados aspectos desenvolvidos isoladamente, o grande esforço é compreender que a agroecologia é uma matriz produtiva que busca retomar a relação dos seres com a natureza que se realiza em um trabalho que nos realize enquanto seres sociais.

Uma das perspectivas de desenvolvimento do projeto perpassa a ampliação do projeto junto às escolas estaduais e municipais, e junto à universidade. Temos uma parceria histórica, estabelecida há mais de 2 décadas, entre o MST e a UFJF, que tem atuado na formação de quadros, e em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Expresso nas ações, declarações, obras, entre outras construções, o Movimento Sem Terra tem suas bases fundamentadas no compromisso político com a população brasileira. O campo da luta é permeado por valores e responsabilidades, que se estendem para além dos

assentamentos e se direcionam às necessidades societárias, sejam elas perpassadas no campo material ou imaterial. Neste contexto, a luta pela produção de alimentos e cuidados com a natureza tem arraigada sobre suas bases a agroecologia, que por meio de seus valores coletivos impulsiona e evidencia as expressões políticas inerentes às suas ações.

Todo processo organizativo enfrenta diversos desafios, e um dos principais apontados pelo coletivo organizativo vem sendo a ampliação de coletivos permanentes de voluntários e do aperfeiçoamento de estratégias organizativas e de mobilização. Outro ponto fundamental é a ampliação da participação da UFJF junto ao projeto “Plantio Solidário”, através da institucionalização de projetos de extensão, tendo professores e bolsistas com tempo de trabalho e de formação assegurados para uma participação mais contínua, qualificada e comprometida.

O Plantio Solidário reforça o projeto agroecológico de amplitude política para além da produção de alimentos saudáveis. A formação pedagógica das ações, os lugares de escuta, de aprendizagem, na construção de uma realidade de coletividade entre os sujeitos, demarcam o movimento da busca por uma nova sociabilidade.

Gaia e Alves (2021) desenvolvem que a transição agroecológica não se trata de uma conversão para a agricultura orgânica, mas em uma dinâmica de produção que, para além dos processos de produção, se compromete com a postura dos sujeitos, da concepção de trabalho e da produção, e da relação entre ser humano e natureza. O Plantio Solidário avança sobre este panorama, construindo estratégias coletivas de liberdade e emancipação humana.

Considerações finais

Os vínculos entre reforma agrária popular, agroecologia e soberania alimentar através das lutas e resistências, no campo e na cidade, podem possibilitar a construção de uma contra hegemonia ao domínio global do capital sobre o sistema agroalimentar, para enfrentamentos contra a pobreza, os baixos salários, a fome, a migração rural urbana e a degradação ambiental e principalmente contra o modelo predatório do agronegócio. A soberania alimentar é indissociável da luta por democracia, e os sujeitos coletivos, através de sua organização política e de construção de lutas, vêm materializando estes processos democráticos, na direção política de reconstrução de sistemas alimentares desde suas bases, em que as relações de trabalho sejam cooperadas e repensadas em uma lógica de enfrentamento a exploração e opressão do modo de produção capitalista.

A agroecologia se constitui num instrumento de reforço aos movimentos sociais, e também é potencializada pelas práticas e experiências democráticas dos movimentos e

organizações sociais, que lutam por soberania alimentar. Portanto, é também uma luta política por democracia na construção de outro modelo produtivo e político, que garanta a soberania alimentar. Neste sentido, a experiência do Plantio Solidário vem se afirmando através de ações, que desenvolvem o que estamos denominando de solidariedade ativa, em que os voluntários e voluntárias passam por um processo de formação, para serem multiplicadores e multiplicadoras da agroecologia, da soberania alimentar e na construção de estratégias de enfrentamento ao modelo agroexportador, que destrói o meio ambiente e as relações humanas. Além disto, fortalece a organização popular, fomenta a conscientização política e impulsiona processos que contribuem para a produção de novas sociabilidades.

Através da participação da sociedade civil, busca-se construir bases para um sistema alimentar mais justo, saudável e sustentável e fortalecer a luta do MST em torno da agroecologia, da soberania alimentar e da reforma agrária popular. Desta forma, o projeto Plantio Solidário vem estabelecendo uma relação estreita com a sociedade e causando um impacto social significativo.

A expressão política da Agroecologia pode ser apreendida sobre o movimento em que o todo se manifesta, sendo este presente desde as intencionalidades, até a posterioridade da colheita dos alimentos. A agroecologia a partir de sua potencialidade pode ser qualificada como estratégia de transição e superação da ordem de produção criminosa, trazendo em sua fundamentação, além da dimensão política, valores de solidariedade, democracia e liberdade. O Plantio Solidário - MST é um projeto agroecológico que através da centralidade dos alimentos constrói mediações que permeiam a mesa e a consciência dos sujeitos, tendo em seu núcleo um caráter essencialmente político, sendo ele no campo e na cidade.

Referências bibliográficas

- BORBOREMA, H. *O Agronegócio comemora enquanto a fome se agrava*. Articulação Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: ANA, 2021
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. *Mapa da Fome da ONU: insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023*. [Brasília]: Secretaria de Comunicação Social, 24 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-ali> HYPERLINK "https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023"mentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023 HYPERLINK "https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023". Acesso em: 27 jul. 2024.
- BRASIL DE FATO. *MST vai doar 25 toneladas de alimentos no encerramento da Feira Nacional da Reforma Agrária*. São Paulo, 07 maio 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2024.
- CASTRO, J. de. *Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço*. 11. ed. Rio de Janeiro, Gryphus, 1992.

- FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1981.
- GAIA, M. C. M.; ALVES, M. J. *Transição Agroecológica*. In: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* (org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. Rio de Janeiro – São Paulo: Expressão Popular, 2021. p.771-776.
- GOMES, J. G. de O. *Formação no Plantio Solidário: A educabilidade do Mutirão*. Projeto de Conclusão de Curso da Faculdade de Educação curso de Pedagogia - UFJF, 2023.
- MST. *Proposta de Reforma Agrária Popular do MST*. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo, Expressão Popular, 2013.
- MST. *Revista Sem Terra*. Edição Especial Agroecologia. São Paulo, 2010.
- MST. *Plantar árvores e produzir alimentos saudáveis*, [s.d]. Disponível em: <https://mst.org.br/especiais/plantar-arvores-produzir-alimentos-saudaveis/>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- SOFI. *Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo* (SOFI 2024). FAO/FIDA/WFP/OMS/UNICEF. 2024.
- STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. *Soberania alimentar: uma necessidade dos povos*. Setembro de 2010. Disponível em: <https://mst.org.br/download/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos/>. Acesso em: 30 ago. 2024
- STÉDILE, J. P. MST, 30 anos: muito além da distribuição de terras. Entrevistado por Igor Carvalho e Glauco Faria. *Revista Fórum Semanal*, São Paulo, edição 131, 28 jan. 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br>. Acesso em 28 jan.2014.
- STÉDILE, J. P. Tendências do capital na agricultura. In: STÉDILE, João Pedro (org.) *A questão agrária no Brasil: o debate da década de 2000*. São Paulo, Expressão Popular, 2013.
- ZIEGLER, J. A fome lucrativa. Entrevistado por Márcio Zonta. *Jornal Brasil de Fato*, São Paulo, ano 11, n.534, 23 a 29 de maio de 2013, Sessão Internacional, p.13. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 03 jun. 2014.